

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



**Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária – Especialidade
Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'P16', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Musa natalina

O ano, propriamente, se compõe de onze meses. Dezembro não conta: é só para desejar que os restantes sejam propícios. Parece que o sistema está longe da perfeição; chegaríamos a ela num calendário que abrangesse onze meses de bons augúrios e um de execução deles. Como está, os trinta e um dias não chegam para imaginarmos tudo de ótimo em benefício de todo mundo. Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos. China, Costa do Ouro, Oceania...

Mas não é preciso ir tão longe. Mesmo perto de nós, mesmo dentro de nós, as lembranças costumam esquivar-se à apresentação espontânea, e até à convocação formal. Julgamos ter no coração um canteiro de afetos; contudo, uma grande área nele permanece inculta e cheia de ervas, não direi daninhas, mas ervas. O que admira não é a quantidade de pessoas a quem dedicamos um pensamento amigo, mas a multidão, o número realmente infinito, de outras em cuja existência nem sequer reparamos.

Foi para suavizar as lacunas da memória sentimental que se inventaram mensagens de boas-festas. Contudo, seria desejável que as saudações de Natal oferecessem maior variedade, ou pelo menos exprimissem anseios mais concretos, definindo a situação particular de cada classe ou componente dela, e não apenas um vago ideal de felicidade. Penso que cada homem tem direito de pedir bem determinada coisa a seu semelhante.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 86-87)

1. Motivado pela *musa natalina*, o autor do texto avalia que
 - (A) o mês de dezembro é impróprio para comemorar a contento as festas natalinas e formular bons augúrios.
 - (B) os onze meses que compõem o ano mostram-se suficientes para a execução dos nossos melhores propósitos.
 - (C) nossos intentos mais fraternos se mostram vivos por contemplarem uma parte considerável e esquecida da humanidade.
 - (D) o sentido das mensagens usuais de boas-festas esvazia-se por desconsiderar a variedade das pessoas em suas situações.
 - (E) as mensagens de fim de ano costumam exprimir um ideal de felicidade que diz respeito tão somente àquele que as emite.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *que os restantes sejam propícios* (1º parágrafo) = que os derradeiros se aprimorem
 - (B) *esquivar-se à apresentação espontânea* (2º parágrafo) = mover-se à convocação avulsa
 - (C) *suavizar as lacunas da memória* (3º parágrafo) = amenizar os hiatos da recordação
 - (D) *exprimissem anseios mais concretos* (3º parágrafo) = realçassem intentos ponderáveis
 - (E) *situação particular de cada classe* (3º parágrafo) = condição irrestrita de uma categoria

3. Uma nova redação da frase *Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos* mostra-se correta e coerente com o sentido original na seguinte formulação: *Nossos desejos fraternos*
 - (A) *não alcançam sempre senão à uma parte menor da largueza do mundo.*
 - (B) *deixam sempre de contemplar uma parcela considerável de mundo.*
 - (C) *se esquivam da maior porção de mundo cujo intento era de atingir.*
 - (D) *jamais cumprem seu objetivo de culminar em boa seção de mundo.*
 - (E) *ignoram sempre a largueza da fração de mundo que pretendiam atender.*

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) A execução de todos os nossos desejos caberia aos dias que dezembro faz correr.
 - (B) Dispõe-se no canteiro que há dentro de nós alguns afetos junto a ervas ingratas.
 - (C) Não se podem pretender que os cartões de natal exprimam desejos mais objetivos.
 - (D) A quais desejos sinceros se poderiam dar forma em cartões tão convencionais?
 - (E) São de se imaginar que esses cartões de natal transmitam os votos mais sinceros?



5. A frase **Há uma grande quantidade de pessoas em cuja existência sequer reparamos** continuará gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por:
- (A) de cujo valor jamais damos crédito.
 - (B) à quem não dedicamos atenção.
 - (C) por cuja importância não nos damos conta.
 - (D) onde não discriminamos virtudes próprias.
 - (E) para cujos méritos não atentamos.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

A “paz da descrença”

Em antiga entrevista, Millôr Fernandes – um supremo humorista do nosso país – contou uma passagem decisiva de sua história.

“Meu pai morreu quando eu tinha 1 ano. Minha mãe quando eu tinha 9 anos. Eu fui ao enterro, não me lembra mais a sensação. Foi aquele momento que você nem percebe muito bem o que está acontecendo. Mas aí eu voltei pra uma casa em que eu estava morando [...], de um tio pobre, funcionário público, e eu me meti então embaixo da cama [...] e aí eu chorei feito um desesperado, não tinha pai, não tinha mais ninguém, eu vivia emprestado numa casa, entende? De repente me veio uma tranquilidade depois de eu chorar não sei quanto tempo, ninguém viu isso, e veio um sentimento que mais tarde eu defini como “a paz da descrença”. A descrença me trouxe uma paz absoluta. O sentimento meu a partir daí, e depois definitivamente concretizado, é que “sou eu e o destino, não tem nenhum intermediário”, “não há interface”.

Assumindo-se como sujeito efetivo de sua história, Millôr salvou-se do afogamento mortal puxando-se pelos próprios cabelos. A partir daí, se afirmou como escritor, tradutor e como um dos analistas e intérpretes mais críticos deste país. A ‘paz da descrença’, paradoxalmente, aguçou sua lucidez inconformada e aquele seu humor implacável que põe a nu as encenações políticas e nossas hipocrisias pessoais. Lucidez, crítica e humor constituem, como se sabe, uma combinação fulminante.

(Vicente Rui Caldeira, a publicar)

6. Em seu relato, Millôr Fernandes se vale da expressão “a paz da descrença”, à qual ele chegou
- (A) em meio ao processo de um luto que jamais aceitaria superar.
 - (B) desgarrando-se dos conflitos de quem não aceita o destino.
 - (C) como arremate da convicção trágica de que a vida nada vale.
 - (D) por meio de uma nova fé que abraçou com fervor místico.
 - (E) poupando-se de qualquer esforço para atingir uma paz verdadeira.
7. No terceiro parágrafo do texto, o termo *paradoxalmente* se deve ao fato de que, no caso de Millôr Fernandes,
- (A) a paz de espírito faz parceria com a lucidez mais convicta.
 - (B) o humor e a lucidez encontram um modo de se conciliarem.
 - (C) suas encenações políticas contrastam com nossas hipocrisias.
 - (D) a descrença assumida intensifica sua lucidez combativa.
 - (E) a crítica e a lucidez refutam sua alegada paz de espírito.
8. Considere as seguintes orações:
- I. O menino perdeu seus pais.
 - II. A perda dos pais desesperou o menino.
 - III. O menino encontrou a paz da descrença.
- Essas orações articulam-se com clareza, correção e coerência no seguinte período único:
- (A) Porquanto encontrasse a paz da descrença, o menino se desesperou com a perda dos pais.
 - (B) A perda dos pais levou o menino ao desespero característico da paz da descrença.
 - (C) Conquanto se haja desesperado, o menino obteve a paz na descrença da perda dos pais.
 - (D) Embora perdesse os pais, o menino se desesperou até que achasse a paz da descrença.
 - (E) A paz da descrença foi assumida pelo menino que se desesperara com a perda dos pais.
9. Constitui um recurso expressivo de linguagem figurada o uso da expressão
- (A) *um supremo humorista do nosso país.*
 - (B) *não me lembra mais a sensação.*
 - (C) *puxando-se pelos próprios cabelos.*
 - (D) *um dos analistas e intérpretes mais críticos.*
 - (E) *depois de eu chorar não sei quanto tempo.*



10. Está absolutamente correta a redação da seguinte frase:
- (A) Ao dizer que “não tem nenhum intermediário”, Millôr acentua o caráter de sua plena solidão.
 - (B) “Não há interface” é a convicção de cuja o menino Millôr assume ao perder os pais.
 - (C) Ao se deparar, com a morte dos pais, o menino entrevistou em seu próprio destino.
 - (D) Lucidez, humor e crítica são ingredientes onde raramente conseguem conciliar-se.
 - (E) Ao desespero seguiu-se a paz cuja descrença o menino se aproveitou para seguir sua vida.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Numa eleição em que concorreram quatro candidatos e que contou com 963 votantes, o candidato vencedor teve 53 votos a mais do que o segundo classificado, 79 votos a mais do que o terceiro e 105 votos a mais do que o quarto classificado. A soma do número de votos do vencedor com o número de votos do perdedor é
- (A) 495
 - (B) 547
 - (C) 300
 - (D) 416
 - (E) 468
-
12. O número de solicitações mensais feitas no primeiro semestre ao departamento de Recursos Humanos foram 32, 27, 36, 42, 32 e 53.
- Com base nessas informações, podemos corretamente afirmar que:
- (A) A moda desse conjunto é 32 e é maior do que a média.
 - (B) A moda desse conjunto é 54 e é menor do que a média.
 - (C) A moda desse conjunto é 32 e a média é 37.
 - (D) A moda desse conjunto é 41 e a média é 38.
 - (E) A moda desse conjunto é 32 e a média é 41.
-
13. Na assembleia geral de um clube estavam presentes 60% dos associados. Uma proposta da diretoria foi aprovada por 55% dos presentes. Em relação ao total de associados, o número de votos favoráveis à proposta da diretoria corresponde a
- (A) 33% do total de associados.
 - (B) 36% do total de associados.
 - (C) 45% do total de associados.
 - (D) 47% do total de associados.
 - (E) 59% do total de associados.
-
14. Em um congresso com 384 participantes presentes verificou-se que $\frac{1}{4}$ dos presentes tomavam café só com açúcar, $\frac{5}{8}$ dos presentes tomavam café com açúcar e leite, e $\frac{1}{16}$ dos presentes tomavam café só com leite. O número dos demais congressistas presentes que tomavam café “puro”, sem açúcar e sem leite, é
- (A) 42
 - (B) 32
 - (C) 40
 - (D) 24
 - (E) 56
-
15. Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açai, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que
- (A) Ivo escolheu Açai.
 - (B) Maria escolheu Creme.
 - (C) Pedro escolheu Menta.
 - (D) Maria escolheu Açai.
 - (E) Pedro escolheu Baunilha.

**Legislação**

16. Ao disciplinar o provimento de cargos públicos, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que
- (A) devem ser reservadas às pessoas portadoras de deficiência até 15% (quinze por cento) das vagas oferecidas no concurso público.
 - (B) a investidura em cargo público se perfaz com o ato de nomeação.
 - (C) o provimento de cargo público de brasileiro naturalizado far-se-á exclusivamente mediante ato administrativo de competência privativa do chefe do Poder Executivo.
 - (D) a investidura em cargo público exige a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
 - (E) a transferência é uma das formas de provimento do cargo público.
-
17. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o quórum mínimo para efeito de funcionamento
- (A) da Subseção de Uniformização de Jurisprudência é de 5 (cinco) Desembargadores.
 - (B) das Subseções de Dissídios Individuais é de 9 (nove) Desembargadores ou juízes convocados.
 - (C) do Órgão Especial é de 9 (nove) Desembargadores.
 - (D) da Subseção de Dissídios Coletivos é de 5 (cinco) Desembargadores.
 - (E) da Subseção de Dissídios Individuais Reunidas é de 5 (cinco) Desembargadores ou juízes convocados.
-
18. Quanto ao processo administrativo e judicial para apuração de ato de improbidade administrativa, estabelece a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021:
- (A) Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens do réu, sendo vedada, em qualquer hipótese, a decretação de indisponibilidade do bem de família e de valores depositados em caderneta de poupança.
 - (B) Somente a pessoa física ou jurídica, vítima de ato de improbidade, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar sua prática.
 - (C) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observadas as normas do Código de Processo Penal.
 - (D) O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
 - (E) Na ação de improbidade administrativa, quando da instrução processual, deverá ser observada a imposição do ônus da prova ao réu, como estabelecido no Código de Processo Civil.
-
19. De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para
- I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.
 - II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.
 - III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.
 - IV. exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III.
-
20. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, ao cuidar do plantão, estabelece que
- (A) o Desembargador plantonista ficará vinculado ao processo em que atuou, devendo os autos ser encaminhados ao seu gabinete com urgência.
 - (B) as atividades do plantão do Tribunal, no período do recesso judiciário, serão exercidas por Desembargador integrante do Órgão Especial, em sistema de rodízio e observando-se a ordem decrescente de antiguidade.
 - (C) o Desembargador plantonista permanecerá no prédio sede do Tribunal durante o horário de funcionamento, sendo vedado o atendimento em domicílio.
 - (D) durante o plantão, serão apreciados os pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, bem como a liberação de bens apreendidos, com o objetivo de evitar perecimento de direito.
 - (E) ficará à disposição do Juiz ou Desembargador, durante todo o período de plantão, um Oficial de Justiça.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Determinado Estado da Federação vivencia uma onda de assaltos praticados por motociclistas que, agindo em duplas, roubam os pertences das vítimas em via pública. A fim de conter tal situação, a Assembleia Legislativa do Estado edita uma lei proibindo que motociclistas andem em dupla em seus veículos, criminalizando a conduta com pena de reclusão de 1 a 3 anos.
- Diante de tal situação hipotética, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, referida lei estadual é
- (A) constitucional, por tratar de matéria de competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (B) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre direito penal.
 - (C) constitucional, pois a matéria se insere no âmbito da competência do Estado para suplementar a legislação da União, em matéria de trânsito e transporte.
 - (D) inconstitucional, pois se exige, nesse caso, emenda à Constituição Estadual, a fim de regular eventual conflito com a liberdade de locomoção dos indivíduos.
 - (E) constitucional, pois a matéria se insere na competência administrativa e legislativa dos Estados, em matéria de segurança pública.
-
22. Fernandez, brasileiro naturalizado, casou-se com Françoise, estrangeira, ambos residentes no Brasil. Fernandez, então, por determinação da empresa privada onde trabalhava, foi transferido para a Colômbia, passando ali a residir com Françoise. Um ano depois, em território colombiano, nasceu o primeiro filho do casal, Benjamin, que foi registrado na embaixada brasileira em Bogotá. Diante do que dispõe a Constituição Federal, Benjamin
- (A) é brasileiro nato, haja vista ser nascido no exterior, de pai brasileiro, e ter sido registrado em repartição brasileira competente.
 - (B) é brasileiro nato, pelo fato de seu pai, brasileiro, estar no exterior a trabalho, no momento de seu nascimento.
 - (C) somente será considerado brasileiro nato se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira antes de atingir a maioridade.
 - (D) é brasileiro naturalizado, herdando a situação de nacionalidade de seu genitor.
 - (E) não pode ser considerado brasileiro nato, tendo em vista que seu pai era naturalizado e sua mãe, estrangeira.
-
23. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de ...I... Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de ...II... anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta ...III....
- (A) 27; 35 e menos de 65; do Congresso Nacional.
 - (B) 33; 30 e menos de 70; da Câmara dos Deputados.
 - (C) 27; 35 e menos de 70; do Senado Federal.
 - (D) 29; 30 e menos de 65; do Congresso Nacional.
 - (E) 29; 35 e menos de 65; do Senado Federal.
-
24. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca da Proposta de Emenda Constitucional,
- (A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante deliberação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (C) a proposta de emenda aprovada será encaminhada ao Presidente da República para promulgação.
 - (D) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto.
 - (E) a iniciativa para sua propositura poderá ser de um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
-
25. À luz da disciplina do processo legislativo na Constituição Federal,
- (A) a Casa na qual tenha sido iniciada a votação enviará o projeto de lei, após sua aprovação, ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
 - (B) não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos dos Tribunais Federais.
 - (C) o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
 - (D) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - (E) o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medida provisória, com força de lei, que vise a detenção ou sequestro de ativos financeiros, exceto poupança popular.

**Direito Administrativo**

26. Suponha que em uma contratação para obra de grande vulto, com indícios de direcionamento no processo de escolha do contratado, o Ministério Público tenha instaurado inquérito civil para investigar a prática de ato de improbidade pela autoridade responsável pela contratação e também pelo particular contratado. Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, de acordo as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230, de 2021, tem-se que
- (A) apenas agentes públicos podem ser sujeitos passivos de ato de improbidade, descabendo tal imputação a particulares, ainda que pratiquem ato doloso ou culposo em conjunto com agentes públicos ou que se beneficiem de ato ímprobo a estes imputado.
 - (B) a responsabilização do agente público e do particular por ato de improbidade depende, em qualquer caso, do elemento subjetivo dolo, não sendo passíveis de tal enquadramento condutas culposas, ainda que causem prejuízo à Administração.
 - (C) as condutas do particular e do agente público somente serão passíveis de enquadramento como ato de improbidade se comprovado enriquecimento ilícito, não sendo suficiente o mero prejuízo à Administração, ainda que decorrente de conduta dolosa.
 - (D) as condutas praticadas com dolo que ensejem prejuízo à Administração e/ou enriquecimento ilícito não são alcançadas pela prescrição, podendo ser objeto de persecução civil a qualquer tempo.
 - (E) admite-se que o particular celebre acordo de não persecução civil, desde que se trate de conduta meramente culposa, afastando a aplicação das sanções pela prática de ato de improbidade, mediante a reparação do dano.
-
27. Considere que determinada autoridade administrativa esteja avaliando, em determinada situação fática envolvendo a prestação de serviço público por particular, o cabimento de concessão ou de permissão para o desempenho do referido serviço. Para o deslinde da questão, a autoridade deverá ter em mente que
- (A) a concessão é aplicável quando se trate de serviço passível de cobrança de tarifa do usuário, o que é vedado na permissão, que, ao contrário, impõe ao permissionário a obrigação de pagamento de outorga ao ente público.
 - (B) apenas a concessão pressupõe prévio procedimento licitatório, dado o caráter de exclusividade conferido ao concessionário para exploração do serviço, exclusividade esta não prevista nas permissões.
 - (C) as permissões aplicam-se a serviços públicos impróprios, que representam, na verdade, atividades econômicas reguladas e fiscalizadas pelo poder público, enquanto as concessões dizem respeito a serviços de titularidade pública.
 - (D) ambas pressupõem prévio procedimento licitatório, possuindo a concessão caráter contratual, com prazo certo, diversamente da permissão comum, que é dotada de caráter precário.
 - (E) a permissão consiste apenas em autorização para que o permissionário preste o serviço e se remunere mediante cobrança de tarifa, enquanto a concessão pressupõe a transferência ao particular da própria titularidade do serviço.
-
28. Suponha que a Administração pretenda conceder, por 35 anos, a operação e manutenção de uma rodovia, precedida da realização, pelo concessionário, de obras de duplicação de pistas em determinados trechos. Para tanto, pretende autorizar a concessionária a remunerar-se mediante a cobrança de tarifa dos usuários (pedágio). Contudo, considerando o vulto dos investimentos e os custos de manutenção, apenas a receita tarifária seria insuficiente para tornar o contrato economicamente viável. Diante de tal situação, a Administração poderá celebrar contrato de concessão
- (A) patrocinada, com possibilidade de aporte de recursos destinados aos investimentos em bens reversíveis, bem como contraprestação pecuniária limitada a R\$ 10 milhões por ano ou 70% dos custos de operação, o que for menor.
 - (B) administrativa, complementando a receita tarifária auferida pelo parceiro privado com aportes de recursos públicos destinados às obras e aos custos de manutenção, no montante máximo de R\$ 10 milhões.
 - (C) comum, já que o prazo de operação extrapolaria o limite máximo para contratos de parceria público-privada, autorizado o pagamento de contraprestação pecuniária ao parceiro privado apenas nos primeiros 5 anos de vigência contratual.
 - (D) administrativa na fase de investimentos, com vigência limitada a 5 anos e aportes públicos máximos de R\$ 10 milhões, e concessão patrocinada após a conclusão dos investimentos, limitada a 30 anos.
 - (E) patrocinada, se o valor do contrato for de, no mínimo, R\$ 10 milhões, sendo viável o pagamento de contraprestação pecuniária ao parceiro privado em complemento à receita tarifária auferida.
-
29. Suponha que determinado agente público que detém competência para expedição de licenças para funcionamento de empreendimentos, em face do grande número de solicitações e visando dar mais celeridade aos processos, cogite delegar a agente subordinado a competência decisória para empreendimentos de pequeno impacto. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, tal delegação afigura-se
- (A) vedada, eis que a delegação somente pode ser feita a autoridade de mesmo nível hierárquico, autorizada a avocação de competência de agente subordinado.
 - (B) possível, desde que mediante decreto do Chefe do Executivo, somente sendo a delegação retratável por ato de igual teor.
 - (C) possível, caso não se trate de competência exclusiva, podendo a delegação ser revogada a qualquer tempo.
 - (D) vedada, salvo previsão expressa em lei ou no ato que atribui a competência originária à autoridade delegante.
 - (E) possível apenas no que diz respeito a atos instrutórios ou normativos, vedada a delegação para a prática de atos decisórios.



30. Suponha que determinado servidor público ocupante de cargo efetivo de órgão integrante da Administração direta federal, que já tenha cumprido o estágio probatório, tenha recebido convite para ocupar diretoria em empresa pública federal. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações federais, referido servidor
- (A) poderá solicitar afastamento do cargo que ocupa e, caso opte pela remuneração de origem, a empresa cessionária deverá ressarcir o órgão de origem pelo ônus com a remuneração como condição para cessão.
 - (B) será colocado em disponibilidade remunerada para o exercício da nova função, a pedido do próprio servidor ou da empresa, vedada a opção pela remuneração do órgão do qual venha a se afastar.
 - (C) poderá ser removido, a pedido da cessionária ou de ofício, desde que haja interesse público na nova lotação, mantido o ônus da remuneração com o órgão de origem durante o período de afastamento.
 - (D) não poderá ser cedido ou disponibilizado à empresa, dada a diferença de regime jurídico em relação à entidade de origem, podendo, contudo, solicitar licença temporária para assumir o novo vínculo.
 - (E) está impedido de assumir a referida função enquanto mantiver vínculo ativo com a origem, salvo em se tratando das hipóteses de acumulação autorizadas pela Constituição Federal, descabendo afastamento do cargo de origem.

Direito do Trabalho

31. Simão e a sua empregadora a Funilaria Martelinho de Ouro, pretendem celebrar acordo mútuo para colocarem fim ao contrato de trabalho. Nessa situação, sabendo que o saldo da conta do FGTS de Simão é de R\$ 4.000,00, o mesmo deverá receber de indenização sobre este saldo, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, o valor de I , podendo levantar até II do saldo existente.

As lacunas I e II se preenchem correta e respectivamente com

- (A) R\$ 800,00 – R\$ 3.200,00
 - (B) R\$ 1.000,00 – R\$ 4.000,00
 - (C) R\$ 1.600,00 – R\$ 2.000,00
 - (D) R\$ 800,00 – R\$ 2.000,00
 - (E) R\$ 1.200,00 – R\$ 2.400,00
32. Arquimedes retirou-se da empresa Céu de Brigadeiro, em que figurou como sócio, tendo averbado essa retirada no contrato social e depositado essa alteração no órgão de registro em 24/08/2022. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, sabendo-se que a retirada se deu de modo lícito, sem qualquer fraude, Arquimedes ficará responsável de forma
- (A) solidária com os sócios atuais, por eventuais direitos trabalhistas inadimplidos dos empregados, somente em ações ajuizadas até 24/08/2024.
 - (B) subsidiária, por eventuais direitos trabalhistas inadimplidos dos empregados, somente em ações ajuizadas até 24/08/2023, observada a seguinte ordem preferênci: 1ª empresa devedora, 2ª sócios atuais e 3ª sócio retirante Arquimedes.
 - (C) solidária com os sócios atuais e com a empresa devedora, por eventuais direitos trabalhistas inadimplidos dos empregados, somente em ações ajuizadas até 24/08/2025.
 - (D) subsidiária, por eventuais direitos trabalhistas inadimplidos dos empregados, somente em ações ajuizadas até 24/08/2024, observada a seguinte ordem preferênci: 1ª empresa devedora, 2ª sócios atuais e 3ª sócio retirante Arquimedes.
 - (E) solidária com os sócios atuais, por eventuais direitos trabalhistas inadimplidos dos empregados, somente em ações ajuizadas até 24/08/2023.
33. Vênus é recepcionista em uma clínica odontológica e, por razão do seu trabalho, precisa trabalhar uniformizada, realizando a troca de vestimenta na entrada e na saída, no vestiário da clínica. Nessa hipótese, sabendo-se que Vênus chega 10 minutos antes e sai 10 minutos depois da jornada contratual, para a realização da troca e destroca, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregada
- (A) em nenhuma hipótese fará jus aos minutos extras diários, eis que a uniformização não compreende tempo à disposição do empregador.
 - (B) desde que a uniformização nas dependências da empresa não seja exigência do empregador, não será credora de horas extras, por não se configurar nessa situação tempo à disposição do empregador.
 - (C) terá direito a 20 minutos extras diários em qualquer situação, por se configurar na hipótese tempo à disposição do empregador.
 - (D) fará jus a 10 minutos extras diários em qualquer situação, por se configurar na hipótese tempo à disposição do empregador.
 - (E) será credora de 5 minutos extras diários, limite legal, se o empregador exigir a uniformização nas suas dependências, por se configurar na hipótese tempo à disposição do empregador.



34. A financeira Crédito Legal e seu gerente de vendas Sócrates, empregado celetista, pactuaram a prestação de serviços em regime de teletrabalho. Para o seu melhor desempenho, referido empregado adquiriu equipamentos tecnológicos para fazer frente à boa execução das atividades, tendo gasto R\$ 3.000,00, bem como contratou um novo plano de internet que lhe custará R\$ 400,00 mensais. Nessa hipótese, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora
- (A) deverá ressarcir ao empregado R\$ 1.500,00 de gastos com equipamentos e custear R\$ 200,00 do plano de internet.
 - (B) reembolsará a totalidade dos gastos do empregado, inclusive a internet mensal, eis que, apesar de ter havido acordo para o teletrabalho, as ferramentas de trabalho são de responsabilidade do empregador, que estará economizando nas suas instalações.
 - (C) e o empregado deverão pactuar expressamente por escrito a responsabilidade pelos gastos para a infraestrutura tecnológica, sendo que se do acordo resultar a responsabilidade do empregador, o gasto com a internet mensal comporá a remuneração do empregado.
 - (D) deverá ressarcir ao empregado R\$ 1.500,00 de gastos com equipamentos e custear R\$ a totalidade do plano de internet, não constituindo em nenhuma situação salário-utilidade do empregado.
 - (E) e o empregado deverão pactuar expressamente por escrito a responsabilidade pelos gastos para a infraestrutura tecnológica, não sendo em qualquer hipótese o gasto com a internet mensal parte da remuneração do empregado.
-
35. A empresa Delta Hotelaria celebrou com o sindicato dos empregados um Acordo Coletivo prevendo, dentre outras cláusulas, a redução de salário de todos os empregados em 20% nos primeiros 6 meses da assinatura do instrumento, sendo que a vigência do mesmo é de 26/09/2022 a 25/09/2023. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o acordo deverá prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada até 25/09/2023.
 - (B) é nula cláusula que preveja redução salarial em acordo coletivo, a qual só pode ser feita mediante convenção coletiva de trabalho.
 - (C) o acordo deverá prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada até 6 meses, período de vigência da redução salarial.
 - (D) o instrumento é válido, não havendo necessidade de previsão de qualquer garantia de emprego, pelo respeito ao princípio da preservação da autonomia privada coletiva.
 - (E) o acordo deverá prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada até 25/09/2024.
-
36. Zeus celebrará um contrato de trabalho intermitente com a empresa de eventos Montagem Brilhante, para prestação de serviços de montador de *stands*. A empresa já possui um montador de *stand* com contrato típico de emprego celetista, Platão, cujo valor da hora de trabalho é de R\$ 10,00. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o valor da hora de trabalho de Zeus
- (A) obrigatoriamente deverá ser o mesmo de Platão, se no mês Zeus prestar no mínimo 180 horas.
 - (B) será idêntico ao de Platão, independente do número de horas trabalhadas no mês por Zeus.
 - (C) deverá ser no mínimo de 80% do valor da hora de trabalho de Platão, caso Zeus trabalhe mais de 180 horas no mês.
 - (D) poderá ser pactuado livremente entre as partes, desde que seja respeitado o mínimo de 3/4 do valor da hora de trabalho de Platão.
 - (E) deverá ser no mínimo de 70% do valor da hora de trabalho de Platão, caso Zeus trabalhe mais de 180 horas no mês.
-
37. Praxedes ocupa função de confiança no Banco Positivo desde 01 de novembro de 2018, quando passou a receber gratificação de função de R\$ 1.500,00 pelo exercício da função diferenciada. Seu empregador informou Praxedes que a partir de 01 de novembro de 2022 ele retornará ao cargo efetivo. Nessa hipótese, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, o referido empregado
- (A) não terá direito à manutenção da gratificação de função, desde que a empresa apresente justo motivo para a reversão.
 - (B) terá direito à manutenção da gratificação de função proporcional aos anos recebidos, desde que a empresa não apresente justificativa para a reversão.
 - (C) não terá direito à manutenção da gratificação de função, sequer proporcional, eis que para tanto deveria ter ficado ao menos 5 anos na função de confiança.
 - (D) perderá a gratificação de função, a qual não se incorpora ao salário em nenhuma hipótese, independente de ter havido ou não motivo para a reversão, bem como em relação ao período de recebimento.
 - (E) terá direito à manutenção da gratificação de função integral, eis que decorridos mais de 2 anos, período mínimo exigido para a sua incorporação ao salário do empregado.



38. Íris, empregada no condomínio Solar dos Deuses, sofreu acidente e teve que amputar uma perna. Ato contínuo, em flagrante atitude discriminatória, o síndico a dispensa, alegando que não poderia manter uma empregada sem um membro, pela preservação da imagem do condomínio. Nessa situação, com base na legislação que rege a matéria, Íris terá direito, além da reparação pela ofensa de ordem moral, a
- (A) reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais, ou optar pela percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.
 - (B) reintegração com ressarcimento em dobro de todo o período de afastamento, corrigido monetariamente e acrescidas de juros legais.
 - (C) apenas ressarcimento em dobro de todo o período de afastamento, corrigido monetariamente e acrescidas de juros legais.
 - (D) apenas reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais.
 - (E) apenas ressarcimento em triplo de todo o período de afastamento, corrigido monetariamente e acrescidas de juros legais.
-
39. Odisseia trabalha na Tecelagem Fios de Ouro, cumprindo carga horária de 8 horas diárias, não extrapolando 44 horas semanais, embora, por exigência do trabalho, só goze de 40 minutos de intervalo para repouso e alimentação. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a trabalhadora terá direito a
- (A) 1 hora diária pela supressão do intervalo integral, com acréscimo de 50%, de forma indenizatória.
 - (B) 1 hora diária pela supressão do intervalo integral, sem acréscimo de 50%, com reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (C) 20 minutos diários pela supressão parcial do intervalo, com acréscimo de 50%, de forma indenizatória.
 - (D) meia hora diária pela supressão do intervalo integral, sem acréscimo de 50%, com reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (E) 20 minutos diários pela supressão parcial do intervalo, com acréscimo de 50%, de e reflexos nas demais verbas contratuais.
-
40. Pitágoras é empregado de uma sociedade de economia mista federal, exercendo as mesmas funções de Atena, com a mesma produtividade e perfeição técnica, percebendo salário 20% inferior. De acordo com previsão da Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência sumulada do TST, sabendo-se que ambos trabalham dentro do mesmo estabelecimento empresarial, Pitágoras
- (A) não poderá pleitear equiparação salarial com Atena, eis que há vedação constitucional na hipótese, por se tratar de sociedade de economia mista federal, independente de o regime ser celetista ou não.
 - (B) poderá pleitear a equiparação salarial com Atena, desde que o regime de trabalho seja celetista, e a diferença de tempo na empresa e na função não seja superior a 2 anos.
 - (C) não poderá pleitear equiparação salarial com Atena, eis que por se tratar de sociedade de economia mista federal, independente de o regime ser celetista ou não, pode haver diferença de salário em até 40%.
 - (D) poderá pleitear a equiparação salarial com Atena, desde que o regime de trabalho seja celetista, e a diferença de tempo na empresa e na função não seja superior a 4 e 2 anos respectivamente.
 - (E) não poderá pleitear equiparação salarial com Atena, eis que por se tratar de sociedade de economia mista federal, independente de o regime ser celetista ou não, pode haver diferença de salário em até 30%.

Direito Processual do Trabalho

41. Homero está litigando em face de seu ex-empregador na Justiça do Trabalho e ingressou com Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica para tentar dar maior segurança na futura execução, para salvaguarda de seus interesses e possibilidade de constrição de bens dos sócios, sendo que o feito encontra-se na fase de conhecimento. O juiz decidiu desfavoravelmente a Homero. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o autor
- (A) poderá apresentar agravo de instrumento, pelo fato de a decisão ser interlocutória, em virtude de estar em fase de conhecimento, no prazo de 10 dias.
 - (B) poderá apresentar agravo de instrumento, pelo fato de a decisão ser interlocutória, em virtude de estar em fase de conhecimento, no prazo de 8 dias.
 - (C) teria possibilidade de interpor agravo de petição, uma vez que se trata de matéria pertinente à execução, sendo este o recurso cabível na hipótese, no prazo de 8 dias.
 - (D) por se tratar de uma decisão na fase de conhecimento, poderá interpor recurso ordinário de imediato, no prazo de 8 dias, na medida em que se trata de uma ação especial, com rito próprio.
 - (E) não poderá recorrer de imediato, por se tratar de decisão interlocutória, podendo manifestar seu inconformismo após a prolação de sentença de mérito, interpondo recurso ordinário.



42. Considere as assertivas abaixo com relação ao processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial previsto na CLT:
- I. Pelo princípio da informalidade do Processo do Trabalho, é possível às partes se valerem do *Jus Postulandi* para o processo de homologação de acordo extrajudicial.
 - II. O prazo prescricional terá início no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.
 - III. Optando o autor por advogado do sindicato da categoria, este poderá ser o advogado comum às partes.
 - IV. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) IV.
 - (E) II.
-
43. Gibraltar é uma entidade filantrópica e teve contra si uma sentença trabalhista de um ex-empregado desfavorável em parte. Recorre ordinariamente da parte em que a ação foi procedente, o seu recurso tem segmento denegado por intempestividade. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a reclamada poderá interpor agravo
- (A) de instrumento no prazo de 10 dias, devendo recolher depósito recursal à base de 50% do valor do depósito do recurso ao qual pretende destrancar.
 - (B) de instrumento no prazo de 8 dias, estando isenta de proceder ao depósito recursal na situação narrada.
 - (C) de petição no prazo de 8 dias, estando isenta de proceder ao depósito recursal na situação narrada.
 - (D) de instrumento no prazo de 10 dias, devendo recolher depósito recursal à base de 25% do valor do depósito do recurso ao qual pretende destrancar.
 - (E) de petição no prazo de 10 dias, estando isenta de proceder ao depósito recursal na situação narrada.
-
44. Conforme o que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho no tocante aos prazos processuais, no período compreendido entre
- (A) 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.
 - (B) 19 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências nem sessões de julgamento.
 - (C) 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências nem sessões de julgamento.
 - (D) 19 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.
 - (E) 20 de dezembro e 19 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.
-
45. Em uma reclamação trabalhista promovida por Zeus em face do seu ex-empregador, a Construtora Pau Pra Toda Obra, o juiz entendeu que tanto Zeus, como a sua testemunha Afrodite, praticaram conduta passível de enquadramento por litigância de má-fé, condenando ambos a multa. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, a decisão do magistrado está
- (A) equivocada com relação a Afrodite, eis que a multa por litigância de má-fé atinge apenas as partes e intervenientes no processo, sendo incabível para testemunhas.
 - (B) correta, sendo passíveis de multa tanto a parte como a testemunha na hipótese narrada, no limite máximo em 15% do valor corrigido da causa, a ser executadas nos próprios autos.
 - (C) dentro da legalidade, sendo passíveis de multa tanto a parte como a testemunha na hipótese narrada, no limite máximo em 10% do valor corrigido da causa, a ser executadas nos próprios autos no caso de Zeus e apartado para Afrodite.
 - (D) equivocada com relação a Afrodite, eis que a multa por litigância de má-fé atinge apenas as partes no processo, devendo ser dada oportunidade à testemunha de se retratar, e, não havendo sucesso, a remessa dos autos à Justiça Comum para apuração da conduta da testemunha.
 - (E) correta, sendo passíveis de multa tanto a parte como a testemunha na hipótese narrada, no limite máximo em 10% do valor corrigido da causa, a ser executadas nos próprios autos nas duas situações.



46. Considere:

- I. Metrópolis é uma empresa pública federal que não explora atividade econômica.
- II. Anturium é uma fundação pública municipal que não explora atividade econômica.
- III. Beta é uma empregadora doméstica.
- IV. Gama é uma empresa de pequeno porte.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, estão isentas de custas processuais no Processo do Trabalho APENAS

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) IV.

47. A empresa Sol Maior, reclamada em uma ação trabalhista proposta pelo seu ex-empregado Arquimedes, arguiu exceção de incompetência territorial, sob o fundamento de que o local da prestação de serviços foi diverso do que foi distribuída a demanda. O juiz da causa indeferiu a exceção, eis que a mesma teria sido apresentada extemporaneamente. Na situação narrada, para que esteja correta a decisão judicial, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, a exceção foi apresentada em prazo superior a

- (A) 8 dias a contar da notificação.
- (B) 5 dias a contar da notificação.
- (C) 48 horas a contar da notificação.
- (D) 72 horas a contar da notificação.
- (E) 10 dias a contar da notificação.

48. Conforme orienta a jurisprudência sumulada do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região,

- (A) não havendo rol de substituídos na ação coletiva proposta pelo sindicato profissional, é incabível a um empregado individualmente deflagrar a execução da sentença, por ofensa aos limites subjetivos da coisa julgada.
- (B) ainda que haja rol de substituídos na ação coletiva, para a execução de sentença individualmente por um dos substituídos faz-se necessária a demonstração pelo mesmo de ter prestado serviços na base territorial da entidade sindical.
- (C) não havendo rol de substituídos na ação coletiva proposta pelo sindicato profissional, para a execução de sentença individualmente por um empregado faz-se necessária a demonstração pelo mesmo de ter prestado serviços na base territorial da entidade sindical, bem como de que se acha enquadrado nos elementos fáticos referenciados no título executivo.
- (D) ainda que haja rol de substituídos na ação coletiva, para a execução de sentença individualmente por um dos substituídos faz-se necessária a demonstração pelo mesmo de ter prestado serviços na base territorial da entidade sindical, bem como de que se acha enquadrado nos elementos fáticos referenciados no título executivo.
- (E) havendo rol de substituídos na ação coletiva, para a execução de sentença individualmente por um dos substituídos faz-se necessária apenas a demonstração pelo mesmo de que se acha enquadrado nos elementos fáticos referenciados no título executivo.

49. Sócrates, executado em uma ação trabalhista promovida por sua ex-empregada doméstica Hera teve a sentença contra si transitada em julgado protestada em cartório após 10 dias do término do prazo para a garantia do juízo que não ocorreu, por determinação judicial, atendendo o juiz pedido da defesa da exequente. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a decisão está

- (A) incorreta, eis que tal inscrição em cartório de protesto só pode ocorrer após o prazo de 45 dias da citação do executado.
- (B) correta, na medida em que tem o executado prazo de 48 horas para pagar a execução ou garantir o juízo, sendo que não havendo tal providência o juiz pode efetivar medidas mais constritivas como a narrada, em prol do crédito alimentar.
- (C) correta, na medida em que tem o executado prazo de 72 horas para pagar a execução ou garantir o juízo, sendo que não havendo tal providência o juiz pode efetivar medidas mais constritivas como a narrada, em prol do crédito alimentar.
- (D) incorreta, eis que tal inscrição em cartório de protesto só pode ocorrer após o prazo de 30 dias da citação do executado.
- (E) correta, na medida em que tem o executado prazo de 72 horas para pagar a execução ou garantir o juízo, sendo que não havendo tal providência o juiz pode efetivar medidas mais constritivas como a narrada, em prol do crédito alimentar.

50. A empresa Água Mansa está sendo executada em um processo trabalhista e o feito se encontra sem movimentação a tempo excessivo. Conforme previsão da CLT, poderá ser declarada a prescrição intercorrente, no prazo de

- (A) 2 anos após deixar o exequente de cumprir determinação judicial no curso da execução, sempre mediante requerimento da executada, e o feito não estiver em sede de Tribunal Superior.
- (B) 2 anos após o início da execução, podendo ser declarada de ofício, e o feito não estiver em sede de Tribunal Superior.
- (C) 2 anos após deixar o exequente de cumprir determinação judicial no curso da execução, mediante requerimento da executada ou de ofício, em qualquer grau de jurisdição.
- (D) 4 anos após deixar o exequente de cumprir determinação judicial no curso da execução, sempre mediante requerimento da executada, em qualquer grau de jurisdição.
- (E) 4 anos após deixar o exequente de cumprir determinação judicial no curso da execução, mediante requerimento da executada ou de ofício, em qualquer grau de jurisdição.

**Direito Civil**

51. Os direitos da personalidade, considerados direitos subjetivos absolutos, regulam aspectos essenciais da personalidade humana e, com exceção dos casos previstos em lei, são
- (A) inatingíveis e irrenunciáveis.
 - (B) intransmissíveis e irrenunciáveis.
 - (C) invioláveis e inatingíveis.
 - (D) intransmissíveis e inatingíveis.
 - (E) passíveis de sofrer limitação voluntária no seu exercício.
-
52. Decai o adquirente do direito de obter a redibição ou abatimento no preço de coisa recebida em virtude de contrato comutativo no prazo
- (A) máximo de cento e oitenta dias, para os imóveis, contado a partir do momento da entrega efetiva da coisa.
 - (B) de trinta dias, seja a coisa móvel ou imóvel, prazo esse contado da entrega efetiva.
 - (C) de um ano, seja a coisa móvel ou imóvel, prazo esse contado da entrega efetiva.
 - (D) de trinta dias, se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.
 - (E) máximo de cento e oitenta dias, o qual poderá ser reduzido à metade, nos termos de legislação específica.
-
53. Em termos gerais, ao proprietário de coisa móvel ou imóvel, é facultado usar, gozar e dispor da mesma, além de reavê-la quando alguém injustamente a detenha ou possua. Por outro lado, perde-se a propriedade:
- I. por alienação, pela renúncia, por abandono, por perecimento da coisa e por desapropriação.
 - II. por alienação, por ocupação, por confusão e por desapropriação.
 - III. por desapropriação, pela tradição, pela alienação e pelo abandono.
 - IV. pela renúncia, por abandono, pela usucapião e por perecimento da coisa.
- Está correto APENAS que consta de
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III e IV.
-
54. O credor pignoratício, assim entendido como a pessoa que possui um título de penhor instituído a seu favor, tem, entre outros, direito de
- (A) reter a coisa e nela realizar benfeitorias sem necessidade de justificá-las, posto não haver previsão para seu ressarcimento.
 - (B) defender a posse da coisa empenhada.
 - (C) promover a execução judicial ou venda amigável, se lhe permitir expressamente o contrato, ou lhe autorizar o devedor mediante procuração.
 - (D) não entregar o que sobeje do preço, quando a dívida for paga, retendo tal valor como indenização pelas despesas de guarda e conservação.
 - (E) promover a venda antecipada, sempre que o dono da coisa pretenda substituí-la por outra garantia real.
-
55. Mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial instituído como bem de família, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que referido bem é isento de execução
- (A) por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou despesas de condomínio.
 - (B) enquanto viverem ambos os cônjuges, ou, na falta destes, até que os filhos completem 21 anos.
 - (C) se falecido um dos cônjuges, independentemente da maioridade civil dos filhos ou de sua sujeição à curatela.
 - (D) quando seu valor não alcançar pelo menos um terço da dívida proveniente de tributos relativos ao prédio, ou despesas de condomínio.
 - (E) se judicialmente reconhecida a impossibilidade de sua manutenção nas condições em que foi instituído.

**Direito Processual Civil**

56. À luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre a capacidade processual,
- (A) sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
 - (B) os Municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito, procurador, ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
 - (C) não se pode presumir que o gerente de filial ou agência esteja autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
 - (D) a citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível, sob qualquer regime de bens.
 - (E) o juiz deverá extinguir, de plano, o processo sem resolução do mérito, ao constatar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.
-
57. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil sobre o litisconsórcio,
- (A) será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
 - (B) o juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
 - (C) será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
 - (D) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
 - (E) cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, sendo suficiente, contudo, para efeitos processuais, que somente um deles seja intimado dos respectivos atos.
-
58. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, com relação aos poderes, deveres e responsabilidades das partes, dos procuradores e dos juízes,
- (A) o Juiz decidirá o mérito do processo nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe defeso conhecer, em qualquer hipótese, de questões de ofício.
 - (B) há suspeição do juiz quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
 - (C) os motivos de impedimento e suspeição previstos legalmente para o juiz diferem daqueles oponíveis aos Membros do Ministério Público e dos auxiliares da justiça.
 - (D) se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça a que estiver subordinado para que este eleja um novo juiz para o caso.
 - (E) incumbe ao juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
-
59. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil acerca da penhora,
- (A) é expressamente vedada a nomeação do executado ou seu representante legal como depositário provisório dos bens constantes da lista elaborada pelo oficial de justiça.
 - (B) são igualmente impenhoráveis, mesmo que à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
 - (C) para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de dez por cento.
 - (D) quando não encontrar bens penhoráveis, somente por expressa determinação judicial, é que o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica.
 - (E) a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico, desde que obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça.
-
60. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil sobre a sentença e a coisa julgada,
- (A) caso a apelação insurja-se contra sentença que extingue o processo sem exame do mérito, cabe o efeito de retratação, tendo o juiz o prazo de 5 dias para se retratar.
 - (B) oferecida a contestação, o autor não poderá, com ou sem o consentimento do réu, desistir da ação.
 - (C) o juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado durante mais de 6 meses por negligência das partes.
 - (D) haverá resolução de mérito quando o juiz reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
 - (E) oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu.



Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO